

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Demonstrativo de riscos fiscais e providências
2025

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ milhares

PASSIVOS_CONTINGENTES		Providencias	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	4.500	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Crescimento Vegetativo do IPTU e reducao de despesas discricionarias	4.500
Subtotal	4.500	Subtotal	4.500

DEMAIS_RISCOS_FISCAIS		Providencias	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustracao de Arrecadacao	2.000	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA Limitacao de Empenho	2.000
Subtotal	2.000	Subtotal	2.000

Total	6.500	Total	6.500
--------------	--------------	--------------	--------------

*FONTE: CN - SIFPM@ - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

MLDO ARF - Riscos Fiscais - Conam LTDA - www.conam.com.br

Prefeitura Municipal de Mairiporã: O demonstrativo de Riscos Fiscais considerou passivos decorrentes de ações judiciais em tramitação e possível frustração de arrecadação.

De acordo com relatório elaborado pela Procuradoria Municipal constam algumas demandas judiciais em desfavor do Município a saber:

Processo 1001447-93.2022.8.26.0338	- R\$	235.800,00
Processo 1000863-26.2022.8.26.0338	- R\$	855.664,30
Processo 0001191-70.2022.8.26-0338	- R\$	812.110,52
Processo 1000418-13.2019.8.26.0338	- R\$	1.300.000,00
Processo 1001138-38.2023.8.26.0338	- R\$	480.000,00
Processo 1002628-32.2022.8.26.0338	- R\$	290.000,00
Processo 1003777-63.2022.8.26.0338	- R\$	411.804,84
Processo 1002614-48.2022.8.26.0338	- R\$	216.000,00

Tais processos encontram-se tramitando nas varas judiciais e podem ter decisão em desfavor do Município gerando um passivo contingente a ser suportado.

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Demonstrativo de riscos fiscais e providências
2025

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ milhares

Fontes e notas explicativas:

Com base nesses números estimamos um valor de 4.500.000,00 de possíveis demandas judiciais.

O valor representa menos de 1% da Previsão Orçamentária para 2025, o que nos faz concluir que tais passivos contingentes não trará desequilíbrio as contas públicas.

Outro risco que o Município pode estar exposto é a frustração de arrecadação. Nesse caso estimamos um valor de 2 milhões de reais e caso ocorra a medida a ser tomada será a limitação de empenhos para trazer o equilíbrio orçamentário, conforme já dispõe o texto da presente lei.